

DIVERSIDADE E POLARIZAÇÃO POLÍTICAS NO ESPAÇO ESCOLAR: CONSIDERAÇÕES SOBRE A GEOGRAFIA DO RESENTIMENTO

Maria Cristina Borges da Silva
PACC- UFRJ –Brasil
E-mail: mariacrisbs@gmail.com

INTRODUÇÃO

No Brasil desde 2016 vivemos tempos difíceis, com desmonte em várias políticas setoriais, que atingiu a educação de forma dramática. Em 2019 com a posse do governo Bolsonaro, decisões tomadas, já apontavam as dificuldades que iríamos enfrentar. Com a vitória de Lula da Silva nas urnas em outubro de 2022, acirram-se as tensões e a polarização política reverberam nos espaços escolares, trazendo não só tensão e divergências políticas, próprias das democracias. Mas, provocando bloqueios nas estradas, situações de ameaças, discursos de ódio, perseguições entre e de estudantes, desqualificações da ciência e de professores, em especial das ciências humanas, comprometendo a formação atual e futura da sociedade brasileira.

O objetivo do estudo é problematizar a diversidade e a inclusão diante dos retrocessos ocorridos, e refletir como a situação política, reverbera na educação. Justifica-se a abordagem, uma vez que as geografias, estão intimamente vinculadas a questões históricas, econômicas, culturais, linguísticas, políticas, com divergências regionais e locais e sociais, desde a colonização do país, e que em maior ou menor grau interferiram histórica e espacialmente no entendimento da diversidade, inclusão, direitos humanos e da justiça social.

Considerações iniciais

Problematizar a Diversidade e Inclusão no país, e seus impactos na educação é urgente, e afeta uma longa, porém tardia construção de políticas educacionais e sociais. Ademais, não se pode considerar políticas, diretrizes e ações afirmativas como formas particulares ou específicas de educação, mas, demarcam escolhas políticas, de valores e práticas sociais, e mobilizam atores sociais comprometidos com a educação e com a construção de aprendizados humanistas, críticos, transformadores e emancipatórios, capazes de formar, promover e garantir direitos, além de intervir e de transformar a sociedade. No Brasil, tivemos alguns avanços, como da criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Ambas extintas e incorporadas com outras abordagens

ao Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos. Ao dispensar o aprimoramento dessas políticas, ao contrário, implicou na descontinuidade de sua execução, e tem sido agravada pela polarização política. Essa decisão evidenciou retrocessos na educação nacional, e o propósito de reprodução dos interesses internacionais, ideológicos ultraliberais contrários à democracia. Causando uma verdadeira geografia do ressentimento, que na perspectiva do geógrafo e pesquisador português João Ferrão (2021), nos ajuda a compreender o ódio e o ressentimento, a partir da crise das democracias liberais e ascensão de novos fascismos, e os estudos sobre a construção histórica de diferentes formações socioterritoriais. Uma vez, que se traduzem “por um aumento persistente das desigualdades sociais e por dinâmicas muito significativas, e por vezes rápidas, de alteração das relações de poder entre países, entre regiões e entre grupos sociais” (FERRÃO, 2021, p.435). Isso se reflete na geografia do voto, e na perspectiva de “Nós *versus* Eles”. Os reflexos dessa crise podem ser identificados no aumento das taxas de abstenção, retração eleitoral e esvaziamento programático dos partidos mais ao centro, e, em especial, a afirmação eleitoral de partidos e candidaturas presidenciais que se apresentam como nacionalistas e “antissistema”. Foi nesse contexto que uma forte onda mobilizou movimentos e partidos populistas, nacionalistas e xenófobos de extrema-direita, reclamando, com isso, o enfrentamento da crise em novas bases teóricas, conceituais e de ação. Os sujeitos capturados pelos movimentos e partidos populistas, nacionalistas e xenófobos, classificados por Ferrão como “descontentes”, correspondem aos deserdados do capitalismo urbano-industrial, aos esquecidos da globalização econômica e do capitalismo metropolitano-financeiro, além dos prejudicados pela crise pós-2008/9 e pelas políticas de austeridade, sem capacidade de recuperação (FERRÃO, 2021, p.436).

Convém lembrar, que algumas expressões e termos presentes frequentemente nos discursos políticos e em documentos internacionais e nacionais não recebem, o devido aprofundamento. Com isso, se transformam em *significantes vazios*, como aponta Laclau (2007). Nessa perspectiva, expressões usuais de lutas históricas, não são contestadas, mas, é importante frisar, não são autoexplicativas, como: “qualidade da educação”, “direitos humanos”, “diversidade”, “justiça social”, “famílias”, “direito à aprendizagem”, “liberdade de expressão”, etc. Além disso, funcionam como *efeito de retorsão* (Taguieff, 1986), em que os argumentos usados pelos sujeitos que reivindicam são apropriados e

prestam-se como elemento discursivo ou estratégia de grupos dominantes e passam a servir como bandeira de lutas com interesses próprios, propagando-se a ponto de aparecerem em acordos internacionais pouco convencionais e discursos nacionais. Foi o que ocorreu em 2019, com a participação do Brasil, na III Cúpula da Conferência Demográfica de Budapeste, organizada pelo governo de extrema-direita de Viktor Orbán e que vai na contramão das últimas discussões encaminhadas pela ONU nas Conferências Internacionais de População e Desenvolvimento. Contudo, o atual governo húngaro voltou-se para pautas de anti-imigração, antigênero e antiaborto, em uma clara demonstração pró-família. Na referida Cúpula, o governo brasileiro foi representado pela Ministra Damares Alves¹ que atuou claramente alinhada aos discursos e posicionamentos político-ideológicos e de ativismo cristão conservador do governo Viktor Orbán. Além de comprometerem as pautas da diversidade e da inclusão, tais discursos voltam-se para a moralidade, atacam direitos, geram ódio, desconsideram as imensas desigualdades e ferem de morte a democracia, e interferem drasticamente na educação nacional.

Resultados e Considerações

A partir da análise de documentos, notícias e da observação da cena política embasada em Racière (2012), e do contato direto com trabalhadores da Educação Pública do Paraná, observa-se que os professores se encontram submetidos a práticas balizadas pelo preenchimento de planilhas e pautada na meritocracia fundamentada em metas e resultados, com perfil empresarial. As constantes denúncias do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, só fazem reforçar nossa perspectiva, como no caso da implementação com baixa participação dos trabalhadores e da sociedade, do Currículo da Rede Estadual do Paraná, “termo utilizado indevidamente”, pois caracteriza “uma forma de padronização dos processos de ensino e aprendizado das crianças e adolescentes”, ademais “é uma versão autoritária que desconsidera todo o trabalho do Conselho Estadual de Educação na organização do Referencial Curricular do Paraná”². O Registro de Classe Online, insere-se nos “recursos tecnológicos [que servem] para o mero controle, supervisão e vigilância e tem se tornado prioridade em detrimento

¹ Para saber mais acesse <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/09/21/com-damare-cupula-da-demografia-ataca-onu-feminismo-e-homossexuais.htm>
Acesso em: 10nov2019

² Disponível em: <https://appsindicato.org.br/seed-contraria-deliberacao-do-cee-e-ataca-autonomia-das-escolas/> Acesso em mar2020

do pedagógico”, tornando-se “os novos panópticos de controle e vigilância sob a ação pedagógica das escolas”. No âmbito da educação municipal o quadro também é preocupante. Ao acompanharmos conferências municipais de educação em municípios da Região Metropolitana de Curitiba, observou-se a baixíssima menção a temas como promoção de direitos humanos, família, diversidade e inclusão, educação do campo e ambiental, além das questões dos povos originários e comunidades tradicionais. O que nos faz crer que estamos diante de um retrocesso e distantes de um debate aprofundado e qualificado no país. Entretanto, essas questões não podem ser pensadas separadamente, sem se considerar o território e as territorialidades das comunidades escolares como direito, mas que são sempre pautadas em relações de poder, engendradas por determinados grupos hegemônicos.

Os resultados apontam para um significativo retrocesso, com a perda de direitos, aumento da violência simbólica e a descrença na profissão docente, retrocesso esse viabilizado por meio de discursos ideológicos que distorcem a realidade e buscam inculcar valores atrelados ao conservadorismo. Valendo-se das bandeiras de lutas sociais, mas retorcendo os sentidos e significados dos termos e concepções que já se encontravam, teoricamente, consolidados no país, e tem buscado convencer e iludir os incautos. O que não só empobrece como impacta fortemente a construção de uma educação verdadeiramente voltada à diversidade e inclusiva, democrática, laica e humanizadora que vinha se construindo a partir de políticas e lutas de movimentos sociais, em prol de uma educação que garanta a inclusão e direitos conquistados a partir de lutas históricas.

Referências

FERRÃO, João. Geografia do Ressentimento. Cadernos MetrÓpole, São Paulo, v. 23, n. 51, pp. 435-444, maio/ago 2021. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2021/05/Book-51_final.pdf Acesso em: 10 junho de 2021

LACLAU, Ernesto. **Why do empty signifiers matter in politics?** In Emancipation (s) London: Verso, 2007b p.36-46

RANCIÈRE, Jacques. La methode de l’egalité. Montrouge: Bayard, 2012

TAGUIEFF, Pierre André. L’identité nationale saisie par les logiques de racisation. Aspects, figures et problèmes du racisme différentialiste. [Mots. Les langages du politique](#) Année 1986 [12](#) pp. 91-128. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/mots_0243-6450_1986_num_12_1_1225 Acesso em 25 mai 2019.